

A máscara ideológica da sociedade burguesa

The Ideological Mask of Bourgeois Society

João Nilo de Souza Nobre*

CHAUI, Marilena. *Ideologia: uma introdução*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2025.

O livro é uma reedição e atualização da obra publicada originalmente em 1980 pela editora Brasiliense. O texto revisto e atualizado compõe a coleção Pontos de Partida da editora Boitempo e faz parte de seu sistema de assinatura mensal, Armas da Crítica. Nessa obra, a pesquisadora se dedica a mostrar como a ideologia é “um ideário histórico, social e político que oculta a realidade”, que visa a manutenção da exploração econômica a partir do ocultamento das desigualdades e da dominação política.

Para tanto, antes de chegar à argumentação central, a autora percorre períodos históricos anteriores e busca algumas raízes do fenômeno de divisão social do trabalho entre trabalho manual e intelectual.

Inicialmente, sua digressão se estende até os gregos. Nos escritos de Aristóteles, a pesquisadora identifica uma hierarquia de causas que são responsáveis pelos movimentos no mundo material e fundamentam a teoria da causalidade. “Tomemos uma coisa qualquer: por exemplo, uma mesa de madeira. Diremos que a causa material da mesa é a madeira; a causa formal é o que faz esse pedaço de madeira ser uma mesa; a causa motriz é o artesão; a causa final é o uso da mesa” (p. 12). Entre elas, as causas formais e finais são as mais importantes, enquanto as causas materiais e motriz seriam de menor importância. Ou seja, a primazia do movimento se encontra na essência e finalidade, e não na materialidade e em seu processo de construção. Dessa análise da filosofia aristotélica, a autora argumenta que há aí uma intrínseca relação do postulado filosófico com a formação da sociedade grega.

Uma vez que havia um regime de escravidão na Grécia, não é de se estra-

* Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil. nilonobrelobo@gmail.com <<https://orcid.org/0009-0001-1257-8286>>

nhar que a visão de mundo do filósofo eleja as características intelectuais e de finalidade (a quem se destina o uso) como características superiores e de cidadãos livres, enquanto que a materialidade e seu fazer (processo físico de manufatura) seja relegada a um plano inferior.

A partir desse exemplo, a autora avança para mostrar como a modernidade, tributária do pensamento grego, vai adaptar à sua própria maneira essa divisão entre trabalho manual e intelectual. Segundo Chauí, no pensamento moderno, a causalidade foi reduzida a apenas duas causas: a motriz e a final, ou seja, um processo e seu motivo. E tal entendimento passa a ser também subdividido.

Nas ciências exatas como a física, o mundo funciona inteiramente sob a égide das causas motrizes, de forma mecânica e sem finalidade. Já na metafísica, surge a causa final como expressão da vontade de Deus ou dos humanos, diferenciando-nos da natureza mecânica. “Pouco a pouco, afirma-se que a manifestação por excelência do ser humano livre é seu poder transformador e dominador, aquela atividade na qual sua vontade subordina seu corpo para obter determinado fim — o trabalho” (p. 17).

Assim como no caso dos gregos, a mentalidade de “liberdade” do indivíduo também traz implícita uma conotação sobre a organização social, uma vez que nem todos os indivíduos modernos eram livres e mesmo após os movimentos de abolição, a noção de “indivíduo livre moderno” ainda se aplicava a dois sujeitos diferentes: o burguês, proprietário dos meios de produção, e o proletário, liberado da escravidão, mas também despojado das condições de trabalhar livremente.

Após breves considerações históricas sobre como o pensamento de determinada época está intrinsecamente relacionado com as condições sociais de trabalho, a autora faz uma síntese da história do termo ideologia e de como ele passa a ser usado de forma negativa pelos positivistas. Expõe também a alternância de significados que o termo adquire ao longo do tempo, para então chegar à concepção marxista de ideologia. Nesse momento, a autora busca estabelecer como a interpretação social realizada pelos intelectuais legitima a estrutura social em que estão inseridos, mascarando as desigualdades e universalizando os valores burgueses como se estes fossem os valores de todos os cidadãos, inclusive os que são explorados.

Para essa explicação, Chauí se detém um pouco em mostrar como a filo-

sofia de Hegel foi importante para o postulado da dialética enquanto motor histórico, mas que só foi aprimorada em Marx, ao mudar de uma postura idealista (espiritual) para uma concepção materialista. De forma que a história ganha um peso fundamental na explicação das mudanças e permanências nas sociedades. E não história no sentido de uma mera sucessão de eventos, mas como o desenrolar das contradições e inter-relações da luta de classes, em que não é possível separar a produção de ideias sobre as condições sociais dos contextos que as produzem.

Nesse sentido, a autora passa, a partir dos escritos de Marx, a revelar como a ideologia burguesa opera uma inversão na nossa compreensão da sociedade. Primeiro, o processo se inicia com a alienação dos indivíduos, que acontece quando as pessoas já não se reconhecem como sujeitos e produtores da história; em segundo lugar, perde-se de vista que há valores não pagos sobre o trabalho de manufatura e tais valores constituem o lucro, o que dota a mercadoria não apenas de valor de uso, mas também de valor capitalista. O que nos leva ao terceiro ponto, perde-se do horizonte comum a noção de que mercadoria é uma relação social fruto de trabalho, em vez de apenas um produto a ser consumido. Dessa forma, inverte-se a compreensão da sociedade quanto ao trabalho e à produção: os processos de produção, distribuição e consumo passam a operar por si sós. “Alienação, reificação e fetichismo: esse é o processo fantástico no qual as atividades humanas começam a realizar-se como se fossem autônomas ou independentes das pessoas e passam a dirigir e comandar a vida delas, sem que estas possam controlá-las” (p. 60).

Portanto, o nascimento da ideologia, segundo a autora, se dá com a separação do trabalho manual e intelectual, pois é a partir dessa ruptura que surgem os intelectuais capazes de pensar sobre a realidade, a partir de uma posição totalmente apartada da produção das condições materiais da vida. Só assim é possível o surgimento da teoria, teologia, filosofia e moral “puras”. E, assim, surgem as propagandas de progresso, nas quais a burguesia se coloca como representante dos valores universais.

Como afirma a autora, “não só os acontecimentos históricos são explicados de modo invertido (o fim explica o começo), como também tal ‘explicação’ ainda permite que a classe dominante justifique suas ações, fazendo-as parecer como ‘as razões da história’”. Atribui-se à história uma racionalidade que é apenas legitimação dos dominantes” (p. 82).

Dando continuidade à sua argumentação e como uma novidade em relação ao primeiro texto da década de 1980, Chauí explica o aprofundamento das relações racionais despersonalizantes a partir do surgimento das organizações e na difusão do modelo hierárquico empresarial para todas as esferas sociais, o que ela chama de ideologia da competência. O que traz uma ideologia de destaque para os discursos racionais das distintas posições hierárquicas na sociedade, reorientando-a para uma busca cada vez maior por opiniões desses especialistas. “Na medida em que somos invalidados como seres competentes, tudo precisa nos ser ensinado ‘cientificamente’” (p. 111).

Por fim, a autora se dedica um pouco a explicar a ideologia burguesa neoliberal e sua reaproximação com os ideais calvinistas do século XVI. Aborda, para tanto, o trabalho como fonte de prosperidade e riqueza, atualmente percebido sob a noção da meritocracia e da teologia da prosperidade.

A obra resenhada é, portanto, uma importante referência para compreensão de algumas relações sociais da contemporaneidade, especialmente pelo postulado de que é impossível dissociar as ideias dos intelectuais de seu contexto histórico, ou do alerta para que não tomemos a história de trás para frente, apenas legitimando discursos ideológicos atuais, ao vermos a própria mudança histórica como resultado das contradições que nos trouxeram ao momento em que vivemos.

Tais apontamentos são imprescindíveis tanto para a pesquisa quanto para o ensino de História, uma vez que nos permitem pensar a nossa própria posição enquanto esta classe de intelectuais “apartados” dos meios de produção. E nos compelem a redirecionar o ensino de História para a conscientização de que somos agentes construtores desse processo e que estamos inseridos nas contradições que a ideologia encobre.

Por outro lado, uma vez que a autora chegou a mencionar que os monopólios atuais se dão em torno da concentração de informações, considero que faltou um pouco mais de espaço para discussões sobre como a ideologia burguesa se apresenta a partir da disseminação da tecnologia e das redes sociais. Assim como faltou apontar o modo como essas redes reorganizam as relações humanas a partir da imagem, para muito além da inversão ideológica que nos tira do horizonte as verdadeiras relações que constituem as produções de mercadoria, criando um fetichismo digital que beneficia a especulação financeira até mesmo sem lastro físico.

Ainda assim, a obra não deixa de levantar questões fundamentais sobre nosso papel enquanto pesquisadores e docentes de História, e sobre como essas máscaras ideológicas da sociedade burguesa de fato conseguem nos iludir e desmobilizar.



Submetido em 28 de maio de 2025. Aceito
em 22 de fevereiro de 2026.